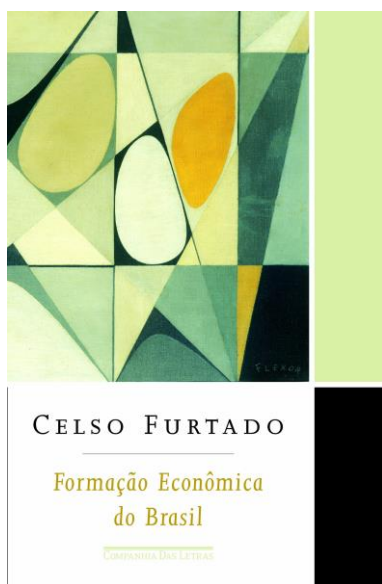


RESENHA

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Joyce Kelly de Jesus Santos

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS/Itabaiana.
kelly.sts17@gmail.com



Formação Econômica do Brasil se constitui como uma obra clássica da historiografia econômica brasileira, porquanto consegue juntar esses dois campos de maneira simples e clara, sem perder de vista o caráter científico do enredo. A primeira edição foi lançada em 1959. O livro está dividido em 36 capítulos e apêndice que visam analisar como se deu o desenvolvimento econômico no Brasil, desde o período da colonização até a década de 1950, finalizando com o último capítulo acerca das perspectivas para os próximos decênios.

De acordo com o autor, desde o advento da colonização, a economia brasileira foi de caráter agroexportador. A ocupação do território americano se deu por pressões políticas sobre as coroas da Península Ibérica. A possível existência de ouro reforça os interesses de Portugal de ocupar as terras brasileiras. Fora das regiões de ouro da Espanha, de início, as terras americanas não tinham grande valor econômico. Coube aos lusitanos encontrar uma forma de explorar as terras americanas para cobrir os custos de ocupação, isso resultou na exploração agrícola da região, porém parecia ser algo inviável, pois não havia produto agrícola de grande relevância naquela época.

A especiaria encontrada para ser cultivada nas terras tropicais foi o açúcar. Isto posto, um conjunto de fatores resultou no êxito da exploração agrícola das terras brasileiras. A experiência portuguesa, plantando açúcar nas ilhas do Atlântico, e a contribuição dos flamengos (especialmente holandeses) com o capital para financiamento, se constituíram como fatores fundamentais. Além dos subsídios na produção, os holandeses custearam a mão de obra escrava africana, na qual sem ela o sucesso não seria

possível. Já nas capitâneas do Sul a atividade econômica se dava pelo comércio de indígenas e importação de alimentos de subsistência para os engenhos.

O trabalhador africano veio substituir outro trabalhador menos eficiente. Os escravos eram divididos entre produzir alimentos, tarefas no engenho e serviços pessoais dos senhores. A economia açucareira possuía alta rentabilidade, isso permitiu a importação de artigos de luxo para a colônia. Parte da renda ficou na mão dos comerciantes, o que impediu a tendência natural à superprodução. O sistema cresceu sem haver mudanças em sua estrutura. Quando houve a quebra do monopólio do açúcar, juntamente com a ascensão da economia mineira no Sul, fez esse sistema entrar em colapso.

A guerra entre Espanha e Holanda repercutiu na economia açucareira da colônia lusitana (as coroas ibéricas estavam unidas sob domínio de um único rei), os holandeses ocupavam as terras brasileiras, aprenderam todas as técnicas de plantação de açúcar e implantaram essa indústria nas Antilhas do Caribe. Esse fato trouxe grandes prejuízos para a colônia portuguesa. Quando Portugal saiu do domínio espanhol, estava fragilizado. Essa situação o levou a fazer vários acordos com a Inglaterra, acumulando uma enorme dívida com a futura potência industrial.

A pecuária se constituía num ofício dependente da economia açucareira. De início verificou-se a impraticabilidade dessa atividade próxima da plantação de cana-de-açúcar, pois, o gado se alimentava dessa planta. O rebanho ajudou na expansão do território. A condição fundamental para a pecuária era a disponibilidade de terras, o índio se adaptou melhor a esse trabalho que era voltado para a subsistência e importação de carne e couro para os engenhos. Os animais eram criados soltos no sertão e, na medida em que se afastava do litoral, os gastos ficavam maiores. Quando ocorreu o atrofamento da economia do açúcar, os trabalhadores livres foram atraídos para as atividades criatórias no interior da colônia.

Com a fomentação para manter o monopólio do açúcar, Portugal ocupou todas as terras que podia para produzir esse produto em potencial. A desarticulação do comércio açucareiro gerou dificuldades em toda colônia. Os lusitanos fundaram um núcleo de povoamento no Maranhão diretamente ligado à metrópole, visando interesses políticos, que com a chegada da crise foi abandonado. A partir daí os colonos do Norte passaram à caça do índio como mão de obra, que se tornou essencial para a sobrevivência dos colonizadores. Os jesuítas no Pará começaram um comércio de produtos tropicais o qual se utilizava da mão de obra indígena. Essas duas atividades no Norte do Brasil foram

fundamentais para a expansão do território. No Sul, Portugal fundava a colônia de Sacramento na Bacia da Prata, que consolida seu poderio nessa região.

Era evidente que da economia tropical não se podia esperar outro milagre similar ao do açúcar. Portugal compreendeu que a única saída estava na descoberta de metais preciosos, dessa forma, se retorna a ideia primitiva de encontrar esses metais. Com o descobrimento do ouro houve uma migração espontânea pela primeira vez para o Brasil. A economia mineira era atrativa para pessoas de poucas posses, pois o ouro de aluvião era encontrado depositado no fundo dos rios. Com o alarme da descoberta e a forte migração, Portugal tomou medidas que dificultaram o fluxo migratório. A mineração era constituída pela maioria de população europeia, também havia escravos, mas estes nunca chegaram a constituir a maioria da população. O meio era mais complexo, a população estava concentrada nos centros urbanos, escravos tinham possibilidades de trabalhar por conta própria, pagando uma quantia fixa a seu dono, assim tinha a expectativa de comprar sua liberdade. A economia mineira trouxe uma integração das regiões da colônia, pois consumia os produtos (carne, couro) das outras localidades.

O declínio da economia dos metais preciosos se deu em alguns decênios, assim regressou-se a economia de subsistência nessa região, levando ao esvaziamento dos núcleos urbanos e o isolamento da população.

Segundo Furtado, com a decadência da economia do ouro poderia ter ocorrido um desenvolvimento precoce da manufatura, mas isso não se deu por alguns fatores. Dentre eles, precisava-se desenvolver a atividade de manufatura primeiro em Portugal e depois transferir para o Brasil, como fizera a Inglaterra com suas colônias do Norte, além de acordos entre Portugal e a Inglaterra, os quais impediram esse desenvolvimento, e a falta de mão de obra especializada na colônia.

No final do século XVIII, a colônia passou por sua pior fase econômica, com suas duas economias principais em baixa. Os núcleos de povoamento estavam muito distantes entre si, sendo o Pará o único totalmente isolado, já que os outros, apesar das dificuldades, se interligavam por algum meio. Nessa época, o único que teve prosperidade foi o Maranhão, produzindo algodão que estava em alta no mercado mundial devido a Revolução Industrial Inglesa. Um conjunto de fatores deu à colônia uma imagem de prosperidade, visto que houve a transferência do poder metropolitano para o Brasil. Ainda no fim deste século, o açúcar brasileiro volta a ficar em alta em virtude do declínio da economia do Haiti pós-independência.

Segundo Furtado, na primeira metade do século XIX, o Brasil vivenciou sua independência de caráter pacífico. Como Portugal fizera vários acordos com a Inglaterra, pós-independência, o Brasil teve que assumir as responsabilidades destes. Esse fator levou a economia a passar por várias dificuldades, além de gerar conflitos entre a classe dominante de grandes proprietários de terra (que começavam a tomar o poder político sobretudo no segundo reinado) e os comerciantes ingleses. Dessa forma, o governo britânico fez tudo o que estava ao seu alcance para proibir o tráfico transatlântico de escravos. Outro problema dessa época foi o déficit de emissão de papel moeda, que atingiu especialmente à população urbana, pequenos comerciantes, militares, empregados públicos e do comércio etc. Com o efeito da inflação ocorreu um empobrecimento dessas classes, o que explica as diversas revoltas regenciais que o Brasil vivenciou.

As novas técnicas da revolução industrial haviam penetrado no país de maneira exígua em formas de bens ou serviços de consumo, entretanto em nada modificou sua estrutura produtiva. Havia uma necessidade de encontrar um produto que se adaptasse às condições ecológicas do país, e assim retomar as elevações das exportações. O produto que mais se adaptava ao fator da terra, bastante abundante, era o café. Esta economia se desenvolveu nas regiões montanhosas onde havia muita mão de obra devido à decadência da economia mineira, além de utilizar o transporte mais abundante, a mula. Desta forma, a economia cafeeira se aproveitou de recursos preexistentes para se reproduzir. Sua capitalização era bem menor do que a economia açucareira, os materiais eram bem mais baratos e podiam ser fabricados localmente, a mão de obra era escrava proveniente da economia mineira. A classe dos empresários cafeeiros era de pessoas com experiência comercial, eles entendiam que dominar o governo era fundamental para a economia, isso vai se efetivar com a proclamação da república. Sua consciência política é o que diferencia de outras classes dominantes anteriores ou contemporâneas.

No fim do século XIX, o Brasil vivenciou um grande movimento populacional do Nordeste para a região amazônica. Nessa área produzia-se borracha desde a década de 1820, porém, com a elevação dos preços, impulsionada pela expansão da indústria automobilística, precisava-se estender a extração do látex (matéria-prima da borracha), mas havia novamente o grande problema da mão de obra. A grande seca de 1877-1880 incentivou a migração da população nordestina para Amazônia. O transporte foi pago pelo governo dos estados amazônicos. O nordestino já chegava endividado, com condições precárias que reduziam sua expectativa de vida. Com a migração acontecera uma rápida expansão que veio suprir totalmente a procura do mercado mundial. Junto ao declínio, a

população viveu uma precariedade e passou a sobreviver da caça e pesca. A maior marca geográfica deixada por essa economia foi a anexação do estado do Acre.

Na última década do século XIX, o Brasil já estaria em equilíbrio econômico em relação à produção de café, pois seus concorrentes passariam por dificuldades na safra. A grande quantidade de mão de obra e as vastas extensões de terra eram uma clara indicação que futuramente o preço desse produto tenderia a cair. Em fins desse século, a colheita se expandiu, o que possibilitou que o Brasil manipulasse o mercado mundial desse produto. Criou-se um mecanismo de defesa contra a crise de superprodução com estímulos artificiais que proporcionou ao café um lugar privilegiado no mercado mundial. Era uma situação de semi-monopólio, a qual geraria um desgaste da economia em longo prazo. Como a maioria das exportações cafeeiras eram destinadas ao mercado estadunidense, bastou esse entrar em crise, em 1929, para o Brasil ficar na mesma situação.

Quando a crise foi deflagrada, a produção cafeeira se encontraria em altos níveis e a tendência era continuar crescendo. A produção máxima foi alcançada em 1933, no ponto mais baixo da depressão. A baixa de preços foi tão intensa que os produtores seriam forçados a abandonar as plantações, assim se restabeleceria a oferta e a procura. A solução mais viável seria a destruição do excedente de produção. A queda dos preços não levou ao desemprego da população, como em outros países. A política de queima do excedente proporcionou ao Brasil a recuperação rápida da crise. Essa política de queima do café se assemelha com o keynesianismo, que seria implantado posteriormente nos países industrializados.

A política de queima do café era responsável pelo desequilíbrio externo que tendia a aprofundar-se. A correção desse desequilíbrio se dava pela desvalorização da moeda e elevação dos preços dos produtos importados. Mantendo os preços internos e externos a certos níveis era possível conter a crise. Percebeu-se que o mercado interno estava gerando grande rentabilidade e este passa a atrair capital. A instalação da indústria se fazia difícil nesta época, pois os preços dos produtos importados estariam elevados. Em alguns casos houve o reaproveitamento de algumas atividades preexistentes com a indústria têxtil, que começa a crescer no país. Em outros houve a compra de equipamentos de segunda mão de países industriais que fecharam suas fábricas durante a crise. No país começou-se a produzir os bens necessários para a manutenção de suas indústrias. Em síntese, a crise relacionada à produção cafeeira fez com que o país modificasse seu foco, passando a investir na confecção de produtos industrializados e no mercado interno.

Na década de 1940 houve uma pequena valorização externa da moeda brasileira, o país passou a ter mais poder de compra no mercado mundial. Isso, porém, acentuou o desequilíbrio externo que havia sido adiado. Enquanto os países industrializados se recuperariam da crise, o Brasil entraria em uma péssima fase econômica. Quando ocorreu a crise tentou-se resolver da mesma forma como nos anos 1930, porém a situação era outra, não havia mais compradores de café. Houve a baixa de procura interna dos produtos brasileiros, pois as veias marítimas estavam sendo controladas pelos países que se encontravam em guerra. Tornava-se extremamente difícil implantar uma política que resolvesse a crise como nos outros países do mundo.

A medida encontrada para se recuperar da crise foi controlar a compra de produtos importados. Criaram-se assim condições favoráveis para o desenvolvimento do setor industrial, e não de todos os setores. Quando houve a baixa relativa dos preços ocorreu a importação de máquinas para o país.

Na década de 1950 aconteceu um desnível de preços entre produtos importados e os nacionais. O custo de vida havia aumentado. A inflação cresceu. O sistema bancário subministra fatores necessários para o aumento dos preços, porém ele não é o único fator dessa elevação. Observa-se que o setor primário da economia brasileira tem um mecanismo de ampliação dos desequilíbrios provenientes do exterior.

Para o autor, as perspectivas para os próximos decênios do século XX seria o desenvolvimento da economia que tenderia a ser acompanhado por uma forte pressão inflacionária, assim como o avanço do setor industrial de bens de capital e da mínima integração entre as regiões. O deslocamento de mão de obra de áreas mais pobres para as mais ricas tenderia à baixa dos salários. O Nordeste inclina-se a se industrializar mais lentamente, pois a monocultura é incompatível com a indústria. É possível que as diferenças regionais aumentem.

A obra se constitui de fundamental importância para quem deseja compreender os estágios da economia brasileira e como isso interferiu na formação territorial do país. Consiste como uma leitura de fácil compreensão, não precisando de muitos conhecimentos prévios para entender o conteúdo do livro.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.